



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES.

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA ATAÍDE

PRÁTICAS DOCENTES E RECURSOS DIDÁTICOS: FAZENDO A DIFERENÇA NO
ENSINO DE HISTÓRIA.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA ATAÍDE

PRÁTICAS DOCENTES E RECURSOS DIDÁTICOS: FAZENDO A DIFERENÇA NO
ENSINO DE HISTÓRIA.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento á exigência para obtenção de grau de especialista.

Orientadora: Prof^aMs. Maria do Socorro TomazPalitó Santos

Campina Grande – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A862p Ataíde, Maria de Fátima Almeida
Práticas docentes e recursos didáticos [manuscrito] : fazendo a
diferença no ensino de história / Maria de Fátima Almeida Ataíde.
- 2014.
50 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Maria do Socorro Tomaz Palitó Santos,
Departamento de Comunicação e Jornalismo".

1. Ensino de História. 2. Metodologia Aplicada. 3. Prática
Docente. I. Título.

21. ed. CDD 371.908

MARIA DE FÁTIMA AMEIDA ATAÍDE

PRÁTICAS DOCENTES E RECURSOS DIDÁTICOS: FAZENDO A DIFERENÇA NO
ENSINO DE HISTÓRIA.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares em convênio com Secretaria de
Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento á
exigência para obtenção de grau de especialista.

Aprovada em 18/10/2014.

Banca Examinadora

Maria do Socorro Tomaz Palito Santos
Maria do Socorro Tomaz Palito Santos – UEPB

Hipólito de Souza Lucena
Hipólito de Souza Lucena – UEPB

Maria Cezilene Araújo de Moraes
Maria Cezilene Araújo de Moraes – UEPB

DEDICATÓRIA

Dedico á minha filha Joyce, pelo afeto, incentivo e carinho que me tem dedicado.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, Pai Criador do Universo, que sempre está presente em minha vida, guiando os meus passos.

Á orientadora prof^{Ms} Maria do Socorro Tomaz Palitó Santos, pela dedicação e orientações recebidas..

Aos colegas, Kedma, Leonardo, Luis Eduardo, Luécio, Lourdes, Maguineide, Maria do Desterro, pela amizade e respeito que recebi durante todo o Curso da Especialização.

Aos alunos dos 9º anos A e C, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisca Martiniano da Rocha da cidade de Lagoa Seca PB, pela dedicação durante a realização dos nossos trabalhos em sala de aula.

Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. Constatando, intervenho, educo e me educo. Ensino porque busco, porque indaguei e me indago.

Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade que me faz esperança.

Não é tanto a certeza do achado, mas mover-me na busca. Não é possível buscar sem esperança, nem tampouco, na solidão.

Paulo Freire

RESUMO

Procurando descobrir as razões que levam os nossos alunos a desprezarem a disciplina história, foi proposto criar situações para que os alunos percebessem que é possível ter uma visão crítica e reflexiva com o ensino de história, através de aulas prazerosas que favoreçam a construção do conhecimento, principalmente com o avanço da tecnologia e mudanças sociais no mundo contemporâneo, onde o presenteísmo é um fato marcante. Optou-se por uma pesquisa-ação, onde foi aplicada de início uma entrevista áudio gravada com os alunos participantes dos 9º anos, onde, procurou-se investigar o que os discentes pensam em relação à disciplina História e como eles veem a metodologia aplicada nas aulas de História. A partir daí, com a obtenção do diagnóstico inicial (entrevista áudio gravada), partiu-se para a execução dos trabalhos pedagógicos, que tiveram início com uma explanação dos temas (Protestos na 1ª República Protestos atuais), que seriam abordados, nos demais encontros. Em seguida foram realizados momentos com os alunos onde os mesmos seriam os protagonistas. Os discentes apresentariam os temas solicitados em forma de seminários e mesa redonda. Nessa pesquisa foram envolvidas duas turmas do 9º de uma Escola Pública Estadual da cidade de Lagoa Seca PB.

Palavras chaves – O Ensino de História – Metodologia Aplicada – Prática Docente.

ABSTRACT

Trying to find out the reasons that seek our students to despise the History subject it was proposed to create situations so the students could realize that is possible to have a critic and reflexive vision with History teaching, through enjoyable classes that favor the knowledge construction, especially with the development of technology and social changes in contemporary world, where presenteeism is a remarkable fact. It was opted for a research-action, where it was applied on the beginning an audio interview recorded with students from 9th grade, where it was investigated what the students think about the History subject and how they see the methodology applied in History classes. Thereafter, with getting the initial diagnosis (recorded audio interview), is started the pedagogical work, that started with the explanation of the themes: Protests on the First Republic: Resistance and Current Protests, that were addressed in other meetings. Then, it was made moments with the students where they were the protagonists. The students would present the solicited themes in the form of seminar and roundtable. In these researches were involved classes of 9th grade of a public school in the town of LagoaSeca – PB.

Key-words: the History teaching, Methodology Applied, Teaching practice.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Divisão dos alunos por sexo.....	42
Gráfico 2: Idade dos participantes por sexo.....	42
Gráfico 3: Percentual referente ao método aplicado na opinião dos participantes.....	43
Gráfico 4: Gráfico referente a explicação da professora.....	43
Gráfico 5: Percentual referente as Revoltas mais citadas pelos participantes.....	44
Gráfico 6: Percentual com a opinião dos alunos acerca dos encontros.....	44

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Vista aérea da cidade de Lagoa Seca.....	29
Figura 2 – Vista frontal da Escola Est. de Ens. Fundamental e Médio Francisca Martiniano da Rocha.....	30

LISTAS DE SIGLAS

AGB: Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANPUH: Associação Nacional dos Professores Universitário de História

FIFA: Federação Internacional

IHGB: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PNLD: Programa Nacional do Livro Didático

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

USP: Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1.....	14
1.1 - A Trajetória do Ensino de História.....	14
1.2 - O Ensino de História no Ensino Fundamental.....	19
1.3 – A história dos protestos na Primeira República Brasileira: Resistência e a história dos Protestos Atuais.....	24
1.4 Os Protestos Hoje.....	27
CAPÍTULO 2.....	28
2.1 – Metodologia e Pesquisa.....	28
2.2 – Caracterização da Área de Pesquisa.....	28
2.3 –Histórico da Escola.....	29
2.4 – Os Sujeitos da Pesquisa.....	30
2.5 – Instrumentos de Pesquisa.....	30
2.6 – Análise de Dados.....	30
2.7 – Relato de Experiência.....	31
2.7.1 Atividades propostas aos alunos baseadas na metodologia de ensino: seminários, mesa redonda, transformação do conteúdo em notícias de jornal.....	31
3. Resultados e Discussões.....	42
4. Conclusão.....	46
5. Referências.....	48

INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda um relato de experiência docente realizado com a participação de 47 alunos das turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio da cidade de Lagoa Seca, Paraíba. Este estudo tem como tema a Prática Docente e Recursos Didáticos: Fazendo a Diferença no Ensino de História.

Baseada em uma autorreflexão, com o intuito de facilitar o entendimento dos conteúdos ministrados em sala de aula, dinamizar maneiras de ler e compreender a disciplina de História, entendendo que é possível ensinar, mesmo quando se tem o livro didático como determinante e não como um apoio.

É papel do professor buscar estratégias para tornar as aulas mais dinâmica, envolvendo os alunos nessas práticas. Hoje, a escola vive contradições fundamentais que marcam consideravelmente a concepção de que o saber escolar está relacionado a uma diversidade de tradições próprias da história da educação.

Portanto, há a necessidade da valorização do educador como um profissional ativo, de um educador consciente de que a transformação de sua prática docente só acontece no momento em que se discutem as ações, problematiza a prática, experimenta, diversifica, analisa dificuldades e conquistas, compartilha experiências relacionando a prática com a teoria.

Para os PCNs (BRASIL, 1998), percepções diferentes de aprendizagem, propostas pedagógicas construtivas e a valorização do educando no processo de construção do conhecimento, são fundamentais no ensino da disciplina de História. Nesse sentido, se faz necessário aos educadores da disciplina de História, que revejam sua prática pedagógica para além das estruturas da educação formal e reflitam quais mudanças podem acontecer para que o ensino passe a ser baseado na perspectiva do pensar/refletir e construir conhecimentos.

Neste contexto, quais recursos didáticos poderiam ser considerados facilitadores para o ensino de História em turmas do Ensino Fundamental de nove anos?

O objetivo principal deste trabalho é rever a prática docente, com o intuito de proporcionar aos discentes momentos de reflexão e construção de conhecimento coletivo, para que se tornem cidadãos críticos, éticos, autoconfiantes, contribuindo assim para uma prática educativa transformadora, enfatizando a importância do ensino de História na formação do educando.

A fim de obter respostas aos questionamentos e as incertezas que nos remetem para uma tomada de decisão, que contribua para o melhoramento do ensino/aprendizagem na disciplina História, recorreremos a uma pesquisa participativa, por meio de um estudo de caso. Um estudo

de caso trata-se de uma abordagem metodológica, com o objetivo de investigar a razão da falta de interesse dos alunos pela disciplina. Ponte (2006) considera que:

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse (PONTE, 2006 p.2).

Buscando encontrar subsídios que contribuam para o ensino-aprendizagem dos discentes, elaboramos uma atividade e em seguida aplicamos um questionário semiestruturado com os alunos participantes, tendo como foco principal rever a prática docente, metodologias utilizadas e de que maneira o ensino de história propicia aos discentes capacidades e habilidades necessárias para a construção do saber.

A monografia está dividida em dois capítulos, que estão assim discriminados:

No primeiro capítulo, abordamos a trajetória do ensino de História, desde a época do período colonial, onde a disciplina não era considerada como Ciência, passando pelo período Regencial com a criação do Colégio Pedro II, considerado escola-modelo até 1931. Abordamos também a trajetória do ensino de História com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, as várias reformas com o surgimento da República, o período da Segunda Guerra até a década de 1970; os anos imediatos do pós-guerra e o fim da Era Vargas. O capítulo trata ainda das leis que fomentaram a educação e o ensino de História, a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que possibilitou a implementação de novas políticas públicas, a elaboração e a implantação dos Parâmetros Nacionais Curriculares – PCNs.

Expomos ainda o ensino de História a partir das décadas de 80 e 90 até a atualidade, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse mesmo capítulo abordaremos também, o ensino de História no Ensino Fundamental, que faz referências aos aportes teóricos, baseados na Teoria Vigotskiana, e sobre as correntes mais discutidas no ensino de História: Positivismo, Materialismo Histórico e a Nova História.

Para finalizar o capítulo tratamos do tema trabalhado na pesquisa de campo: Os protestos na Primeira República: Resistência e os protestos no Brasil nos dias atuais. O tema os Protestos na Primeira República: Resistência é um dos conteúdos que faz parte do livro didático do aluno e que serviu de estudo para a pesquisa, e nos permitiu fazer um paralelo com o tema os Protestos no Brasil Hoje, levantando questões sobre o passado e o presente.

No segundo capítulo, relatamos a trajetória do estudo realizado com as turmas do 9º ano do ensino fundamental, desde as entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, apresentações das atividades pelos alunos e a participação da professora como mediadora.

CAPÍTULO 1

1.1 A trajetória do Ensino de História

A primeira escola no Brasil foi fundada em 1549 no Período Colonial com a chegada dos jesuítas, que vieram com a missão de catequizar os índios e ensiná-los a ler e escrever. Neste período, a disciplina de História não era tida como ciência, os textos históricos eram usados apenas como suporte para ensinar a ler e escrever e não eram discutidos. A história efetivou-se como disciplina escolar da Escola Secundária em 1837, quando foi criado o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no final do Período Regencial, quando predominava o ensino literário bíblico, voltado para a formação moral do aluno. Esse conteúdo bíblico foi retirado do currículo em 1870, quando a Igreja perdeu o poder sobre o Estado.

No mesmo ano da criação do Colégio Pedro II, foi criado também o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB – que produziu uma série de trabalhos e defendia a visão nacionalista, que pregava que com o ensino de História o aluno aprendesse sobre a “diversidade das sociedades do passado e o sentido de sua evolução”. (ABUD, 2013, p. 30).

Os membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro eram também professores do Colégio Pedro II, existindo assim uma ligação entre essas duas instituições. Esses professores determinavam o conteúdo a ser ensinado nas escolas públicas elaborando programas e manuais a ser seguidos. Nesses conteúdos foram mantidos o ensino da História Universal e a da História Sagrada.

O Colégio Pedro II continuou como escola-modelo até 1931. O Pedro II e o IHGB representavam na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico. Era responsável pelos exames eliminatórios das disciplinas que compunham a grade curricular e era a única escola autorizada a fornecer certificado de conclusão do Curso Secundário, até 1931 (ABUD, 2013).

A partir de 1930, sucessivas reformas ocorreram entre elas a Reforma Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde (1930-1932). Esta Reforma teve relevância considerável, pois o poder central do Estado foi fortalecido e passou a controlar o ensino.

Com a Reforma Francisco Campos, universidades foram criadas e teve início a formação do professor secundário. Escolas autorizadas pelo Ministério equipararam-se aos colégios

mantidos pelos municípios, associações ou por particulares e devia adotar, sem nenhuma modificação, a seriação de matérias estabelecidas pelo Colégio Pedro II, cabendo-lhes apenas a elaboração de programas próprios (PCNs, 1998).

O primeiro curso superior de História foi criado em 1934, na Universidade São Paulo (USP), voltado para a formação de professores. O curso nasceu com uma visão tradicionalista, reforçando a sucessão de fatos. Os estudos de História sofreram influências dos historiadores franceses da Escola dos Anales, com a História da Civilização, na História do Brasil pelos representantes do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo de cunho conservador etradicional e a História da América pelo historiador norte-americano Paul Vanordens Shaw.

O ensino de História com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública era idêntico em todo o Brasil. Com essas reformas, portanto, os programas de ensino ficaram a cargo do Ministério. Nesse contexto, a História Geral e a do Brasil foram integradas em uma única área: História da Civilização. A História brasileira era unicamente uma continuidade da História da Europa Ocidental. Predominava o eurocêntrismo, e enfatizava-se, contraditoriamente, a população brasileira como mestiça.

Durante quase toda a sua trajetória, o ensino de História no Brasil esteve sempre no poder das lutas políticas, não se objetivava um ensino de maneira educativa, formativa e libertadora.

Nas décadas de 1960-1970, o papel da História era ensinar utilizando a corrente positivista, eurocêntrica e linear. No caso do Brasil, o positivismo esteve presente no movimento republicano, sobretudo, entre os militares. As ideias de Ordem e Progresso espelhadas na bandeira do Brasil – são lemas positivistas: acreditava-se que o progresso era o caminho para alcançar o desenvolvimento por meio da ordem.

Com a República, várias reformas surgiram, mas sem eficácia em torno dos problemas educacionais, mas, ainda assim o período republicano se destacou num momento de fortalecimento do debate em torno dos problemas educacionais e surgiram propostas alternativas de modelo oficial de ensino. Os questionamentos sobre o currículo de História foram vários: uns defendiam o humanismo, outros queriam dar um caráter científico, prático e teórico necessário para o contexto em que o país estava vivendo. Nas últimas décadas do século XIX o ensino passou a ser questionado, como destaca os PCNs:

Como consequência, o ensino de História passou a ocupar no currículo um duplo papel: o civilizatório e o prático. Ao lado da Geografia e a língua pátria, ela deveria fundamentar a nova nacionalidade projetada pela República e modelar um novo tipo de trabalhador, o cidadão patriótico. (BRASIL, 1998, p. 58).

Novas reformas aconteceram a partir de 1942. Conduzida pelo ministro Gustavo Capanema foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário estabelecendo três cursos: o primário e o ginásial com quatro anos de escolaridade e o clássico ou científico com três anos. Equivalentes a eles foram criados os ginásios e os colégios profissionais. A formação docente foi sendo igualmente estruturada. (PCNs, 1998, p.23).

Com o fim da Era Vargas (1930-1945), o ensino de história passou a ser novamente objeto de debates, tornando-se uma disciplina significativa na formação de uma cidadania para a paz. A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura propôs consideráveis mudanças para o ensino de História. Segundo os PCNs:

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO passou a interferir na elaboração dos livros escolares e nas propostas curriculares, indicando possíveis perigos na ênfase dada à história de guerras, no modo de apresentar a História Nacional e nas questões raciais, em especial na disseminação das ideias racistas, etnocêntricas e preconceituosas. (BRASIL, 1998, p. 23-24)

Durante o governo militar (1964-1985) com o intuito de superar a questão da memorização e repetição dos conteúdos de História, a escola brasileira adotou propostas de movimento escolanovista. Nesse contexto, História e Geografia deixam de existir separadamente dando lugar a introdução da disciplina Estudos Sociais, os conteúdos escolares desvalorizaram-se e, ao mesmo tempo os graduados em História ficaram sem oportunidades de exercerem a função de professores de História.

Com a reforma universitária, a educação no Brasil expressa a necessidade de uma formação técnica voltada para o mercado de trabalho. Neste caso, a educação era vista como um instrumento para o desenvolvimento econômico e ficou determinado que o 2º grau fosse direcionado para os cursos profissionalizantes.

Essa formação para o trabalho teve início no governo de Getúlio Vargas, mas ganhou um maior impulso durante o governo de Juscelino Kubitschek permanecendo durante todo o governo militar.

A formação intelectual e científica dos alunos de graduação passou a integrar os objetivos das propostas curriculares, como no caso da produção didática chamada História Nova, do início dos anos 60, com estudos baseados nos modos de produção, sob a influência da

historiografia marxista, que enfatizava transformações econômicas e conflitos entre as classes sociais, contrariamente à História que valorizava o político e a trajetória vitoriosa da classe burguesa na consolidação harmoniosa do mundo moderno. Nessa tendência, apesar da ênfase atribuída às classes sociais como agentes das transformações históricas, predominou no ensino uma abordagem estruturalista na qual a História era estudada como consequência de estágios sucessivos e evolutivos. (BRASIL, p. 24 1998)

No entanto, com a Revolução de 1964 as propostas educacionais realizadas com a Lei de Diretrizes e Base(LDB), sancionada em dezembro de 1961, estavam longe de se pôr em prática. O então presidente da República, João Goulart é deposto. A partir daí, o ensino de história passa por nova reforma educacional voltadas para os interesses do Estado, os currículos e programas caracterizavam-se como instrumentos de interferência restringindo os direitos civis e políticos da população.

Durante os anos 70 e ao longo dos anos 80, as lutas pelas reformas curriculares se intensificaram, batalhou-se pela volta de História e Geografia aos currículos escolares e a extinção dos cursos de Licenciatura de Estudos Sociais o ensino de História foi repensado, criticado em diversos aspectos constitutivos da educação da História e seu ensino.

A partir de 1973 surgiram varais manifestações de professores que se posicionavam contra a intervenção do Estado e a proibição dos mesmos ministrarem aulas no 1º grau. Surgem várias greves nos anos de 1978 e 1979. O Estado acaba cedendo e autoriza os licenciados em História a ensinar a matéria de Estudos Sociais no Ensino Fundamental, revisando o artigo 5º,da Resolução nº 8, de 1971. Esses movimentos ganharam força com a formação de associações como a ANPUH e AGB e com a valorização do profissional de História a partir da criação de cursos de Pós-graduação.

Em 1976, o Ministro da Educação determina através da Portaria 790 que, para dar aulas de Estudos Sociais, os professores precisam ser formados na área, os professores de História e Geografia atuariam apenas no 2º grau.

Ficou claro que os professores formados em cursos regulares estariam mais bem preparados que os formados em Estudos Sociais, onde os mesmos eram considerados autodidatas, seguidores de conteúdos selecionados focados na reprodução de uma história factual construída por figuras de heróis e memorização de datas.

Em 1986, o Secretário da Educação do Município de São Paulo propõe o ensino por eixos temáticos. A proposta não é efetivada, mas vira uma referência na elaboração dos Programas Curriculares Nacionais (PCNs), anos depois.

Dos movimentos ocorridos, surgiram proposições diferenciadas daquelas predominantes, até então, e a partir de 1990, com as políticas educacionais e da nova LDB produziram-se significativas mudanças: Estudos Sociais foram substituídos por História e Geografia; foram extintos os cursos de formação de professores de História em Licenciatura de curta duração; o aperfeiçoamento da política pública de livros didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e das Avaliações dos Livros Didáticos no âmbito do Ministério da Educação; a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Com a democratização dos anos 80 os conhecimentos passaram a ser questionados e redefinidos, tornava-se necessário incluir os recursos tecnológicos em sala de aula, o modelo tradicional de aulas expositivas e aplicação de questionários para memorização de conteúdos já não mais se adequava a nova realidade.

Entrava pelas portas das escolas uma nova realidade que não poderia ser mais ignorada. O currículo real forçava mudanças no currículo formal. Diversos agentes educacionais passaram a discutir e desenvolver novas possibilidades de ensino. Neste contexto os professores tiveram papel importante na constituição do saber escolar, diminuindo o poder dos chamados técnicos educacionais. (PCNs, 1988, p. 27)

A nova Lei de Diretrizes e Bases sancionada e promulgada em 20 de dezembro de 1996 contém indicações fundamentais que garantem a organização dos sistemas educacionais do país, definindo o que consideram imprescindíveis e adequados aos conhecimentos do ensino e aprendizagem dos alunos.

Em meados de 1990, o Ministério da Educação reúne profissionais da educação e especialistas das diferentes áreas e ciclos com a tarefa de formular as bases curriculares para a educação brasileira. Surgem então os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997, onde os mesmos foram apresentados pelo governo como diretrizes a serem adotadas pelas escolas do ensino fundamental com apoio do Ministério da Educação e Cultura como referencial de qualidade do ensino praticado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram construídos não só, como referências nacionais comuns a todas as regiões do Brasil como também respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas do Brasil.

Com novas perspectivas historiográficas e novas metodologias de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais dão ênfase especialmente ao ensino de História a formação voltada para a cidadania, evitando qualquer tipo de discriminação e exclusão social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam “propostas orientadoras, que possibilitam aos educadores, uma reflexão sobre sua prática docente, principalmente para a valorização do educando como sujeito ativo no processo de aprendizagem, para que os mesmos sejam capazes de desenvolverem a compreensão de si mesmos e dos outros”. É responsabilidade do professor x alunos atuarem na construção de sociedades igualitárias e democráticas.

Com a democratização dos anos 80 os conhecimentos passaram a ser questionados e redefinidos, tornava-se necessário incluir os recursos tecnológicos em sala de aula, o modelo tradicional de aulas expositivas e aplicação de questionários para memorização de conteúdos já não mais se adequava a nova realidade.

1.2 O Ensino de História no Ensino Fundamental

Ministrar aulas de História, não é uma das tarefas mais fáceis, não é suficiente o professor apenas reproduzir os conteúdos do livro didático, tornando-se inconscientemente, em um mero “transmissor” de informações. Vivemos em uma sociedade complexa, marcada pelas diferenças e desigualdades sociais, por isso, se faz necessária discussão sobre o ensino de História, pensando/refletindo sobre os processos formativos em diversos espaços e as relações entre sujeitos, saberes e práticas e como educar cidadão.

De acordo com a minha vivência docente como professora de História, há mais de 25 anos, pude constatar que durante todo esse período que leciono a disciplina, que a metodologia aplicada ao ensino, esteve ou ainda está voltada para o método tradicional, tendo como foco a memorização de datas, fatos e nomes, com aulas expositivas e apoio de livros didáticos.

Muitas vezes me deparei com fortes resistências por parte dos alunos, caracterizando a disciplina como algo ligado ao passado, fora da realidade dos mesmos. Pude também constatar que os nossos alunos não possuem hábitos de estudos, nem hábitos de leitura, o que contribui naturalmente para a falta de interesse para com a disciplina. A formação inicial dos educadores está ou esteve orientada pelo ensino tradicional sem a preocupação com o ensino-aprendizagem, baseada apenas na mera transmissão de conhecimentos históricos. A formação do professor licenciado em História se dava através de estágios supervisionados. Esse sistema de ensino predominou desde os anos 60 e permaneceu até a década de 1980.

Portanto, se faz necessário mudar essa realidade. A partir de 1990, os teóricos Jean Piaget e Levi Vygotsky, em suas teorias cognitivas e na ideia de que se devem buscar abordagens diversas – sociais, econômicas, políticas e culturais, focam um ensino, onde os alunos precisam ter uma visão crítica, consciente de sua autonomia social.

Esses teóricos contribuíram, então, para a elaboração de metodologias inovadoras que ultrapassam aquelas existentes na escola tradicional encorajando os educadores a inovarem sua prática pedagógica buscando compreender a realidade de seus alunos tanto do ponto de vista psicológico, cognitivo, afetivo, como sociocultural.

Na perspectiva da Teoria Vygotskiana, uma pessoa sozinha não adquire conhecimentos, se faz necessário, parcerias com outras pessoas, consideradas mediadoras. O sujeito é ativo e interativo, porque forma conhecimento e se constitui a partir de relações intra e interpessoais, o desenvolvimento cultural do educando assim, como sua aprendizagem, se dá mediante o processo de relação do aluno com o professor ou com outros alunos mais competentes.

É nesse sentido que vemos a importância de repensar sobre a metodologia aplicada nas aulas de História. Para que exista esse sujeito ativo e interativo que Vygotsky defende é preciso esse envolvimento intra e interpessoais, para que a partir daí, os educadores possam trabalhar rumo a uma educação significativa e construtiva, o educador colocar-se-á como condutor dessa interação estimulando o sujeito para que desenvolva os seus aspectos cognitivos.

A Teoria sócio-construtivista de Vygotsky (1999) considera que a aprendizagem e desenvolvimento provêm de interação social, a relação entre indivíduos é uma relação entre o meio físico e social. O indivíduo é capaz de realizar atividades organizadas a partir da interação com o mundo, podendo até modificar sua própria cultura.

Vygotsky afirma ainda que, o desenvolvimento humano se dá através de trocas entre o indivíduo e o meio, entendendo-se como meio não só o ambiente em que vive, mas também as pessoas que nele estão inseridas.

Essas trocas se estabelecem durante toda a vida, cada aspecto influenciando outro. Para Vygotsky, a natureza humana só pode ser entendida quando se leva em conta o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos. Não existe um indivíduo crescendo fora de um ambiente cultural.

A Teoria Vygotskiana sugere que é possível explorar mais profundamente o papel das interações com os outros, os indivíduos aprendem explorando o ambiente, dialogando, recebendo instruções, vendo o que os outros fazem e ouvindo o que dizem.

Segundo Vygotsky (1999), a criança adquire aprendizagem antes mesmo de frequentar uma escola, mas que cabe a escola produzir algo novo e é de suma importância a participação do professor, servindo-se de mediador proporcionando a construção do conhecimento. Vygotsky nos fala que:

[...] Um aspecto essencial do aprendizado é o fato de que ele cria a zona do desenvolvimento proximal: ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte de aquisições do desenvolvimento da criança (Vygotsky 1999, p. 117-118).

Deve-se considerar, portanto, o desenvolvimento da zona proximal e que o ensino da escola não se prenda apenas ao desenvolvimental, mas, leve em consideração a interação do aluno com o meio físico social. A partir dessa interação com outros sujeitos é que o aprendizado acontece, possibilita e promove o desenvolvimento. Para Vygotsky, o bom ensino, é aquele que se adiantam ao nível do desenvolvimento, as atividades e problemas propostos na educação escolar, deve dirigir-se à zona de desenvolvimento potencial do sujeito.

Ensinar História é um desafio que busca atender aos anseios de jovens que questionam o porquê de se estudar o passado se o que importa é o presente. Os alunos resistem e caracterizam a disciplina como matéria decorativa e para obter a média de aprovação é suficiente memorizar parte do conteúdo e terão êxito nas provas aplicadas. Para os que têm facilidades em memorizar conteúdos, esta forma de “aprender” é tida como a mais viável, mas, para os que não têm nem mesmo o hábito de leitura e nem a facilidade de memorizar o conteúdo ministrado torna-se então um grande empecilho para alunos que mantêm resistência na participação efetiva nas aulas de História, conseqüentemente tem causado frustrações para muitos educadores, que insistem na repetição dos mesmos conteúdos e formas de ensinar, optando sempre pela simples “transmissão” de conhecimento histórico e uso exclusivo do livro didático. Com isto consolida-se um modelo escolar de História difícil de ser superado. São poucas as oportunidades oferecidas para que os profissionais possam refletir sobre o exercício cotidiano da docência.

Cabe ao professor ensinar ao educando a adquirir as ferramentas necessárias de trabalho: o saber fazer, o construir conhecimento. Deve o professor dar condições, para que, o aluno participe do processo do fazer, do construir, e a sala de aula é o local privilegiado, onde o discente tem condições de participar desse processo do fazer, do construir.

No mundo contemporâneo, lidamos com uma geração de alunos que se beneficiam de informações obtidas pelos meios de comunicação, com formas de transmissão diferentes das que têm sido realizadas por uma maioria de professores que se comunicam apenas pela oralidade e utilização de livros didáticos. Isso ocorre em uma grande maioria, sobretudo, nas escolas públicas e também em algumas instituições privadas.

Os métodos tradicionais de ensino – memorização e reprodução – passaram a ser questionados com maior ênfase. Os livros didáticos difundidos amplamente e enraizados nas práticas escolares foram criticados nos conteúdos e nos exercícios propostos. A simplificação dos textos, os conteúdos carregados de ideologias, os testes ou exercícios sem exigência de nenhum raciocínio foram apontados como comprometedores de qualquer avanço no campo curricular formal:

[...] Paralelamente, nas últimas décadas, passaram a ser difundidas percepções diferentes do processo de aprendizagem, do papel que os materiais didáticos desempenham, dos instrumentos e significados das avaliações e das funções sociais e culturais atribuídas á escola e ao professor. (BRASIL, 1998, p. 27-28).

É preciso fazer a diferença entre o que os alunos adquirem de maneira informal daquela que aprendem na escola. Na escola, o conhecimento é uma reelaboração de muitos saberes, constituindo o que se chama de saber histórico escolar. Dele fazem parte as tradições de ensino da área, as vivências sociais de professores e alunos; as representações do que e como estudar; as produções escolares de docentes e discentes; o conhecimento fruto das pesquisas dos historiadores, educadores e especialistas das Ciências Humanas; as formas e conteúdos provenientes dos mais diferentes materiais utilizados; as informações organizadas nos manuais e as informações de comunicação.

Após esses questionamentos surgiram historiadores preocupados com a transmissão de conhecimento histórico. Essas novas percepções, hoje desenvolvidas por docentes e pesquisadores, têm levado a reflexões profundas quanto á interação entre teoria e prática no espaço escolar e as relações estabelecidas entre o currículo formal – elaborado por especialistas e instituições – e o currículo real que, efetivamente, se concretiza na escola e na sala de aula.

A produção feita pelos historiadores marxistas começou a chegar aos livros em 1960, em oposição a História Tradicional presente em sala de aula. E até hoje ela marca presença em sala.

A formação de professores em cursos superiores afetou o ensino de História gradativamente. A formação intelectual e científica dos

alunos de graduação passou a integrar os objetivos das propostas curriculares, como no caso da produção didática chamada História Nova, do início dos anos 60, com estudos baseados nos modos de produção, sob a influência da historiografia marxista, que enfatizava transformações econômicas e conflitos entre as classes sociais, contrariamente à História que valorizava o político e a trajetória vitoriosa da classe burguesa na consolidação harmoniosa do mundo moderno. (BRASIL, 1998, p. 26)

Com certeza cabe ao professor ater-se às mudanças sociais e atuar no sentido de transformar o seu espaço escolar, para que os seus alunos possam também transformar-se e que tenham uma visão reflexiva, uma leitura crítica da realidade social, sem deixar de considerar os impactos resultantes das novas tecnologias, o ensino de História deverá contribuir para a formação de cidadãos aptos para superar desafios de seu tempo na escola.

Nesse processo de aprendizagem, o professor é o mediador, o principal responsável pela criação de situação e troca, pela criação de estímulo, pela construção de relações de transformações, contribuindo para a formação intelectual dos alunos.

O ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico” que liberte o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes.

O ensino de História nos ensina a ter respeito pela diferença, contribui para o entendimento do mundo em que vivemos e também em que mundo gostaríamos de viver, o homem faz a História o todo tempo e em todo lugar.

As propostas enriquecedoras para o ensino de História estão em pauta, resta o educador compreender e fazer valer essas propostas, que se conscientizem de que o ensino aprendizagem de história ocorre quando se busca quando se adota mudanças críticas e reflexivas na sua prática docente, procurando despertar o interesse do aluno para o saber histórico escolar, tornando-os agentes sociais ativos, críticos.

1.3 Os Protestos na Primeira República Brasileira e os Protestos Atuais

Este capítulo trata de forma breve das revoltas ocorridas no Brasil na Primeira República (1889 a 1930) e os protestos ocorridos no país a partir de 2013, que levaram milhares de brasileiros às ruas para protestar por segurança, transporte público de qualidade, entre outros.

Estes temas fazem parte da dinâmica utilizada em sala de aula com os alunos do 9º ano do ensino fundamental e objeto do nosso estudo.

Em um cenário marcado por violência e exclusão social, surgem várias revoltas contra o governo central. Entre estas se destacam na Primeira República: A Guerra de Canudos, A Guerra do Contestado, O cangaço, A Revolta da Vacina, A Revolta da Chibata, A Greve de 1917.

A Guerra de Canudos

Foi o confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio religioso. O governo da Bahia, com apoio dos latifundiários não concordavam com o fato dos habitantes de Canudos não pagassem impostos e vivessem sem seguir as leis estabelecidas. Afirmavam também que Antônio Conselheiro, líder do movimento defendia a volta da Monarquia.

Por outro lado Antônio Conselheiro defendia o fim da cobrança de imposto e era contrário ao casamento civil. Ele afirmava ser um enviado de Deus que deveria liderar o movimento contra as diferenças e injustiças sociais. Era também, uma crítica ao sistema republicano, como ele funcionava no período.

A Guerra de Canudos significou a luta e resistência das populações marginalizados do sertão nordestino no final do século XIX. Embora derrotados, mostraram que não aceitavam a situação de injustiça social que reinava na região.

A Guerra do Contestado

Foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado em outubro de 1912 e agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada pelos estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina.

Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras e da insatisfação da população hipossuficiente, uma região em que a presença do poder público era desprezível, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo pela crença, por parte dos caboclos revoltados de que se tratava de uma guerra santa.

A região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado, devido ao fato de que os agricultores contestaram a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e a empresa SouthemBrazilLumber&Colonization. Como foi

uma região de muitos conflitos, ficou conhecido como Contestado, por ser uma região de limites entre os dois estados brasileiros.

A Revolta da Vacina

O motivo da revolta foi a Campanha de Vacinação Obrigatória imposta pelo governo federal contra a varíola. Pelo fato de muitas pessoas não conhecerem uma vacina, se recusaram a tomar a medicação, então os agentes sanitários aplicaram de forma violenta e autoritária chegando a invadir as casas para aplicar a vacina contra a vontade das pessoas. A atitude provocou revolta, ocasionando violentos choques nas ruas entre a população e o exército de São Paulo e Minas Gerais.

Quem não tinha como comprovar emprego e residência fixa foi levado ao presídio nas Ilhas das Cobras.

A Revolta da Chibata

O estopim da revolta foi quando o marinheiro Marcelino Mendes foi castigado com 250 chibatadas por ter ferido um colega da Marinha. João Cândido, um dos marinheiros que liderou a revolta, a da Chibata, redigiu uma carta reivindicando o fim do castigo, melhorias na alimentação e anistia para todos, sob a ameaça de bombardearem o Rio de Janeiro, que na época era a capital do país. O presidente aceitou o ultimato dos marinheiros, porém com a entrega das armas e embarcações expulsou alguns revoltosos da Marinha, gerando uma segunda revolta que foi fortemente reprimida pelo governo.

O Cangaço

Existiam no nordeste brasileiro grupos de homens armados conhecidos como cangaceiros. Estes grupos apareceram em função, principalmente, das péssimas condições sociais da região nordestina. O latifundiário, que concentrava terra e renda nas mãos dos fazendeiros, deixava às margens da sociedade a maioria da população.

Os cangaceiros não moravam em locais fixos, como não seguiam leis estabelecidas pelo governo, eram perseguidos constantemente pelos policiais.

Existiam diversos bandos de cangaceiros. Porém, o mais conhecido e temido da época foi o comandado por Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, também conhecido pelo apelido de “Rei do Cangaço”. O bando de Lampião atuou pelo sertão nordestino durante as décadas de 1920 e 1930. Morreu numa emboscada armada pela polícia, junto com a sua

mulher Maria Bonita e outros companheiros, em 29 de julho de 1938. Tiveram suas cabeças decepadas e expostas em locais públicos, pois o governo queria assustar e desestimular esta prática na região.

Depois do fim do bando de Lampião, os outros cangaceiros, já enfraquecidos, foram se desarticulando até terminarem de vez, no final da década de 1930.

A Greve de 1917

É o nome pela qual ficou conhecida a paralisação geral da indústria e do comércio do Brasil, em julho de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarquista aliada à imprensa libertadora. Esta mobilização operária foi uma das mais abrangente e longa da história do Brasil.

O movimento operário mostrou como suas organizações (Sindicatos e Federações) podiam lutar e defender seus direitos de forma descentralizada e livre, mas de forte impacto na sociedade. Esta greve mostrou não só a capacidade de organização dos trabalhadores, mas também que uma greve geral é possível.

1.4 Os protestos no Brasil hoje

Os protestos no Brasil em 2013 e 2014, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, manifestações de Junho ou Jornada de Junho, são várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para protestar contra o aumento nas tarifas dos transportes público, O movimento surgiu principalmente nas principais capitais do país, onde se concentram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo em 1992.

Inicialmente restrito a poucos milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganhou apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 de junho de 2013 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos e diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo

realizada em 2014 no país, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional.

Em resposta, o governo brasileiro anunciou várias medidas para tentar atender as reivindicações dos manifestantes e o Congresso votou uma série de concessões, a chamada “agenda positiva”, como ter tornado a corrupção como um crime hediondo, arquivando a chamada PEC 37 e proibindo o voto secreto em votações para cassar o mandato de políticos acusados de corrupção. Houve também a revogação dos então recentes aumentos das tarifas nos transportes em várias cidades do país, com a volta aos preços anteriores ao movimento.

CAPÍTULO 2

2.1. Metodologia da Pesquisa

O estudo aqui abordado trata-se de uma pesquisa participativa. Neste procedimento, segundo Groppo e Martins (2009) apud Brandão (1984) os dados colhidos não são vistos como a fase final e nem como objetivo principal, mas sim o processo de toda a pesquisa que começa com a devolução do conhecimento produzido às pessoas da comunidade pesquisada. “A pesquisa participativa poderia e deveria ser uma “técnica” em que se produz – ainda que paulatinamente – um conhecimento coletivo”. (GROPPO e MARTINS, 2009, p. 62).

Este estudo terá uma abordagem qualitativa e quantitativa, onde será observada toda a evolução e participação dos alunos envolvidos na pesquisa a partir da aplicação da metodologia de ensino proposta neste trabalho. Como também a luz da estatística descritiva os dados obtidos a partir da aplicação de um questionário, que visa conhecer a opinião e as impressões dos participantes do método aplicado como também o desempenho da pesquisadora. Esta pesquisa foi realizada com duas turmas do 9º ano, de uma Escola da Rede Estadual de Ensino da Paraíba no Município de Lagoa seca. O estudo ocorreu em três encontros de duas horas cada um. A pesquisa foi realizada no mesmo turno em que os alunos estudam.

2.2. Caracterização da Área Pesquisada

A pesquisa foi realizada no município de Lagoa Seca - PB, localizado no agreste paraibano a 136 km da capital João Pessoa. Limita-se com os municípios de Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, e Matinhas, ao norte; Campina Grande ao sul; a leste, com o município de Massaranduba e a oeste, com os municípios de Puxinanã e Montadas.

Figura 1. Vista aérea da cidade de Lagoa Seca



Fonte:Klemenson

2.3 Histórico da Escola

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisca Martiniano da Rocha funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno. Sua estrutura física é composta por quinze salas de aula, uma secretaria, uma despensa, uma biblioteca, uma sala da diretoria, uma sala de professores, uma sala de informática, oito banheiros, uma cozinha, uma quadra de esportes, um pátio coberto e uma extensão que é composta por quatro salas de aula, dois banheiros, uma sala dos professores e uma cantina.

O quadro de funcionários é constituído por um diretor geral, dois diretores adjuntos, um secretário, setenta professores e seis merendeiras. O quadro de discentes é composto por um total de 1.470 alunos, sendo este constituído por turmas que formam os níveis Fundamental II, Médio e Educação de Jovens e Adultos, que funciona no período noturno.

Figura 2. Vista frontal da Escola Estadual de Ensino Fundamental e médio Francisca Martiniano da Rocha.



Fonte: Internet

2.4 Os Sujeitos da Pesquisa

Os discentes envolvidos na pesquisa têm faixa etária entre 14 e 17 anos. Em sua maioria residem na zona urbana da cidade, prevalecendo nestas turmas o sexo feminino.

2.5 Instrumentos de Pesquisa

Foram gravados depoimentos dos alunos acerca do trabalho realizado em cada encontro. Os alunos responderam duas listas de atividades contendo questões referentes aos assuntos propostos e trabalhados em sala de aula: A História dos Protestos na Primeira República: Resistência e os Protestos no Brasil hoje, como também um questionário.

2.6. Análise dos Dados

Os dados coletados através do questionário foram analisados de forma quantitativa. Em relação à apresentação dos alunos em que os mesmos após estudarem os temas propostos como as Revoltas ocorridas na primeira República e as manifestações ocorridas em 2013 e 2014 foram analisadas de forma qualitativa, observando a participação, a desenvoltura, o

pensamento crítico e a criatividade na apresentação dos seminários, da “mesa redonda” e do jornal falado.

2.7 Relato de Experiência

2.7.1 Atividades propostas aos alunos baseadas na metodologia de ensino: seminários, mesa redonda, transformação do conteúdo em notícias de jornal.

Para a realização das atividades foi feito no primeiro momento entrevistas a fim de identificar a concepção do aluno em relação à disciplina de História. A entrevista aconteceu no dia 28 de maio de 2014 e foi áudio - gravadas.

Considerando, o que sempre é dito em sala de aula, pela maioria dos nossos alunos, de que a disciplina História é uma disciplina que não desperta interesse ou como afirmam “para que estudar o passado se o que importa é o presente”, aproveitamos e passamos a trabalhar o conteúdo do livro adotado em sala de aula (A História dos Protestos na Primeira República: Resistência), partindo do pressuposto que os alunos conheciam o assunto e que em paralelo poderíamos analisar os protestos atuais, já que o assunto contido no livro didático dos discentes apresentava-se como uma opção de se trabalhar com o assunto - os protestos de ontem, fazendo um paralelo com os protestos atuais. A partir desses questionamentos e com o que foi apurado e discutido oralmente, obtivemos informações espontâneas e posicionamentos sobre o que os alunos sabiam do conteúdo que seriam ministrados.

Com os dados obtidos, trouxemos para a aula seguinte o tema “As Revoltas Populares no Brasil, Primeira República: Resistência”. A explanação desse tema foi feita pela professora de forma oral e com a utilização de slides, o que foi acompanhada por todos os alunos do 9º ano, onde a maioria demonstrou interesse, participando, levantando questionamentos, dando opiniões sobre o tema trabalhado.



Nessa etapa do desenvolvimento do assunto utilizamos o livro didático do aluno, onde o assunto foi apresentado em forma de uma aula expositiva dialogada.

A partir daí os discentes foram convidados a reunir-se em dupla e partiram para resolverem duas questões propostas sobre o tema estudado. Cada dupla ficou com duas questões diferentes. Resolvida as questões, as duplas trocavam as atividades com as outras duplas. Com todas as questões resolvidas, o grupo escolhia um aluno ou uma aluna que faria uma explanação oral sobre as questões que lhes foram entregues.

Foi sugerido pela pesquisadora que para a parte escrita sobre o tema apresentado, seria feito um álbum com citações e imagens sobre as causas e consequências das Principais Revoltas no Brasil Primeira República e que os alunos apresentariam o assunto proposto, na aula seguinte, o que ocorreu no dia 31 de maio de 2014. Todos os alunos participaram e apresentaram os álbuns que foram confeccionados por eles e fizeram suas exposições orais.



Alunos do 9º Ano

Dialogamos sobre o assunto e dando por encerrada as nossas atividades propus aos alunos que fizessem pesquisas acessando a internet sobre o tema – Os Protestos Atuais Causas e Consequências - Sugeri que o tema fosse apresentado na forma de uma mesa redonda ou apresentado em forma de um seminário, que com a participação de todos aconteceria um debate. Cada grupo de alunos apresentaria protestos ocorridos em determinados estados e ou cidades de nosso país com a possibilidade de se fazer um paralelo entre os Protestos na Primeira República: Resistência, com os Protestos nos dias atuais.

Tal proposta teve como objetivo fazer com que os alunos desenvolvessem o raciocínio lógico, e fossem capazes de opinarem criticamente sobre as questões apresentadas que possam surgir no seu convívio escolar como também fora dele.

Para a realização desse trabalho – Os Protestos no Brasil Atual – optamos por um sorteio, onde cada equipe ficaria com um determinado protesto ocorrido em um estado, e ou em uma cidade do nosso país. Sorteio realizado ficou assim distribuído para cada equipe:

A equipe 1, ficou com os protestos que ocorreram em Brasília - DF

A equipe 2, ficou os protestos que ocorreram em João Pessoa PB;

A equipe 3, ficou com os protestos que ocorreram em Recife PE;

A equipe 4, ficou com os protestos que ocorreram em Lagoa Seca PB

A equipe 5, ficou com os protestos que ocorreram em São Paulo SP.

O dia marcado para a apresentação da mesa redonda e ou seminário foi o dia 13 de junho de 2014, o que não foi possível a realização das apresentações, devido ao fato dos alunos alegarem, que por conta de fechamento do bimestre, o tempo seria curto para preparar a apresentação, já que eles utilizariam vídeos e slides. Ficou acertado que as apresentações aconteceriam na volta às aulas.

Voltamos às aulas no dia 30 de junho de 2014, e como ficou acertado, as equipes estavam prontas e bem dispostas para a apresentação de seus trabalhos. Tudo foi iniciado com a participação dos grupos que ficaram definidos no último encontro.

Trazemos de forma mais clara e detalhada, as fases do trabalho desenvolvido com os alunos. Para execução de tal proposta dividimos de uma forma mais geral cada encontro em dois momentos, sendo o primeiro destinado à realização das atividades propostas, e o último destinado à avaliação dos trabalhos.

2.7.2 Primeiro Encontro – dia 30 de junho de 2014

O Primeiro Encontro foi iniciado sem atraso. Foi constatado nesse momento a ausência de duas alunas que chegaram 20 minutos depois de iniciado os trabalhos. Justificaram o atraso e continuamos com as nossas tarefas. Foi iniciada as apresentações formais e os trabalhos tiveram início com a explanação da Equipe 1, que ficou de apresentar alguns protestos ocorridos em Brasília e com a apresentação da Equipe 5, que se encarregou de apresentar os Protestos ocorridos na cidade de São Paulo.



Os alunos participantes deram início a sua apresentação explanando sobre o assunto. Quase todos os integrantes da Equipe 1, participaram ativamente discorrendo livremente sobre o tema proposto, apenas dois alunos mantiveram-se calados, ou por timidez ou por não terem participado das pesquisas como os demais componentes da equipe.

Ao mesmo tempo que a Equipe 1 fazia suas considerações, houve a intervenção de alguns alunos da Equipe 5 indagando sobre a opinião dos participantes da outra equipe com relação ao assunto explanado, formando assim um pequeno debate entre as duas equipes que divergiam em relação ao tema. Em seguida houve a apresentação da Equipe 5 que fez suas considerações, apresentando as imagens dos protestos ocorridos em São Paulo que era o tema proposto pela educadora. Nesse momento pudemos observar o desempenho dos participantes da equipe 1 e os participantes da equipe 5 ao demonstraram com entusiasmo as suas apresentações.¹

Foi observado a participação e desenvoltura não de todos os participantes, mas a maioria estava bem empenhada e se posicionaram com clareza e segurança sobre o tema. Podemos destacar o debate que houve entre o aluno Cauan e a aluna Yasmim cada um pertencendo a uma equipe. Enquanto o aluno Cauan expunha sua opinião com relação aos gastos com a Copa do Mundo, dizendo que: “depois de tantos gastos com essa copa a Seleção tinha obrigação de ganhar é uma vergonha perder de 7 a 1 pra Alemanha, mas dá pra entender porque a FIFA escolheu o Brasil, pois é um país de fácil manipulação”, nesse momento da fala do aluno Cauan a aluna Yasmim interrompeu-o fazendo-lhe a seguinte pergunta: “Então você acha que se a gente estivesse na final nesse domingo os protesto iriam continuar”? E

¹ Os nomes verdadeiros dos alunos foram preservados sendo utilizado neste trabalho nomes fictícios.

continuou dizendo: “Eu acho que não, porque se o Brasil ganhasse a Copa ninguém estava preocupado com a situação dos hospitais, estariam era comemorando”, afirmou. O aluno Cauan respondeu dizendo que acreditava que mesmo com a vitória do Brasil na Copa do Mundo os protestos iriam continuar sim e enfatizou: “se não for assim com cartazes na rua vai ser nas urnas”. Nesse debate ainda houve a intervenção de outros alunos expondo também suas falas a respeito do tema.

É possível observar nesse momento o quão empenhados estavam todos os envolvidos e o pensamento crítico de cada um, o que ficou claro a importância da mudança na metodologia de se ensinar a disciplina de História, pois esses mesmos educandos em outros momentos onde as aulas se mantinham no método expositivo sem a participação ativa dos mesmos, mantinham-se em silêncio sem prestarem atenção às aulas. Podemos perceber que as atividades eram realizadas sem muito entusiasmo por alguns alunos e outros eram omissos na realização das tarefas propostas.

Na continuidade das apresentações, dois alunos me comunicaram que não iriam apresentar o que tinham pesquisado. Depois de um curto diálogo onde procurei saber o porquê da não apresentação dos mesmos, um deles falou que havia pesquisado o assunto, mas não se sentia a vontade para expor em forma de seminário, pois havia pesquisado na noite anterior, mas, que não tinha estudado o assunto. O aluno “Flávio” alegou que havia atendido um pedido do seu genitor para fazer umas tarefas, o que não foi mencionada que as tarefas seriam essas, apenas disse: “eu trabalho”. Incentivei-o a fazer a apresentação, pois vi que estava com um caderno onde havia escrito algo sobre o tema e com o que ele sabia através da pesquisa nas redes sociais, podia fazer uma breve explanação, já que o assunto não era tão difícil. Ele aceitou e apesar de apenas ter lido o que havia pesquisado, proferiu algumas palavras sobre o assunto de maneira tímida, mas com coerência. Com relação ao outro aluno, o “Eduardo”, ele perguntou se podia também ler o que tinha pesquisado como o “Flávio”. Falei que sim e ele leu o que tinha trazido. Em seguida falou sobre o que sabia, dizendo que tinha visto o assunto pela TV. “Eduardo” terminou a sua explanação dizendo:

“Não sou contra os gastos que estão fazendo para que aconteça a Copa do Mundo aqui no Brasil, mas bem que a presidenta podia olhar mais pra gente, principalmente para a gente ter mais hospitais e escolas. Também não sou contra os protestos para a gente ter melhoria das coisas, sou contra o vandalismo que eles “tão” fazendo todo dia.”

Os quinze minutos finais desse nosso Primeiro Encontro foram utilizados para uma conversa informal, com explanação de depoimentos dos participantes a cerca de todo o desencadear do trabalho. Os educandos participantes demonstraram interesse e clareza na exposição do assunto que foi proposto.

2.7.3 Segundo Encontro- Dia 02 de Julho de 2014

Nesse segundo encontro não foi registrado nenhum atraso dos alunos participantes. Foi verificada a presença de todos através da chamada, que ocorreu nos primeiros dez minutos. Os alunos mostraram-se ansiosos e interessados e demonstraram também que estavam com pressa em fazer suas apresentações.

Foi realizado a explanação dos dois grupos: a equipe 2 e a equipe 4, que apresentaram seus trabalhos sobre os protestos ocorridos na capital do Estado, João Pessoa, e os ocorridos em Lagoa Seca, cidade onde residem e esta situada a escola.

Durante todo o decorrer das apresentações os alunos se mostraram empenhados mas muito nervosos, por este motivo iniciaram sua explanações muito tímidos falando pouco mas de forma válida pois todos os participantes realmente tinham pesquisado e mostrava segurança no que descrevia.



Alunos do 9º ano

Tanto da equipe 2 quanto da equipe 4 manifestaram suas opiniões. Vale a pena expor aqui, a fala de uma das alunas participantes do grupo 4, quando explanava acerca dos protestos ocorridos em sua cidade, Lagoa Seca.

[...]assim eu acho que o prefeito de nossa cidade poderia fazer algo pela segurança, porque estamos vivendo sempre com medo..., uma conhecida minha que estuda aqui na escola de noite foi estuprada na saída do colégio..., eu acho muito errado a postura do prefeito e do governador, eles foram eleitos para fazer algo por nós. (Aluna Kátia).

Nessa fala fica claro a consciência crítica da aluna bem como dos outros alunos que também expuseram sua opinião mediante a explanação das companheiras, onde fica claro que elas entenderam de quem é a responsabilidade pela segurança de nossos municípios. Vale salientar também, que alunas que antes mal participavam das aulas depois desse momento se

mostraram à vontade para expor sua opinião se sentindo peça importante na construção do seu conhecimento escolar.

Foi possível observar que a dificuldade que os alunos sentiram em defender seus trabalhos é fruto de uma não motivação, não há incentivo por parte de alguns educadores. A aluna Sophia enfatizou ao final de sua apresentação que:

Nunca tinha participado de seminários, essa é a primeira vez e estou satisfeita porque a aula está diferente e eu posso trabalhar junto com as minhas colegas, a gente sempre assistia só aula expositiva e depois ia fazer deveres do livro.

Portanto ficou claro para a professora que os alunos se sentiram à vontade e até orgulhosos por estarem defendendo um trabalho.

Terceiro Encontro – Dia 04 de Julho de 2014.

Para o terceiro encontro, a equipe ficou encarregada de apresentar os protestos ocorridos em Recife, capital do Estado de Pernambuco. A equipe deu início a apresentação de maneira diferente do que os outros grupos haviam apresentado nos encontros anteriores. Uma das alunas participante explicou que o trabalho seria apresentado em forma de “Jornal”, e que não haviam se prendido em apenas apresentar alguns protestos ocorridos só em Recife, como ficou determinado na aula anterior quando foi feito os sorteios, mas que apresentariam os protestos de uma maneira mais abrangente.

Duas alunas interpretaram o papel de “repórteres local” do “Jornal da História”, como elas denominaram a apresentação, e os demais interpretaram o papel de “repórteres” que se deslocaram até determinadas cidades onde ocorreram os protestos. O grupo deu início enfatizando a fala de cada “repórter” e noticiaram as manifestações.



Alunos do 9º Ano

Fiquei curiosa e satisfeita pela determinação deles em fazer suas apresentações de maneira diferente da que já tinha sido apresentado pelas outras equipes que não haviam se prendido em apenas apresentar alguns protestos ocorridos só em São Paulo, como ficou determinado na aula anterior quando foi feito os sorteios, e que eles apresentariam protestos de uma maneira mais generalizada.

Iniciaram se apresentando como “dois repórteres” locais e os outros três como “repórteres” que se deslocaram para as “cidades onde ocorrerem protestos” para fazerem as “reportagens”. Os “repórteres” e os “jornalistas” se posicionaram muito bem. Observei a desenvoltura dos “jornalistas” ao apresentarem o conteúdo proposto em forma de notícias de

jornal, também chamou-me a atenção desse grupo, quando se preocuparam em usarem um microfone para transmitirem “as notícias” .

Após a apresentação dos alunos, utilizamos os trinta minutos restantes para que os alunos expusessem suas opiniões acerca dos nossos três encontros, através de depoimentos individuais, eles se mostraram satisfeitos e me fizeram um convite, que eu continuasse a ministrar as aulas de história assim de maneira incentivadora, descontraída, que dessa forma as aulas deixariam de ser chatas, e que tinha valido a pena todo o esforço que fizeram.

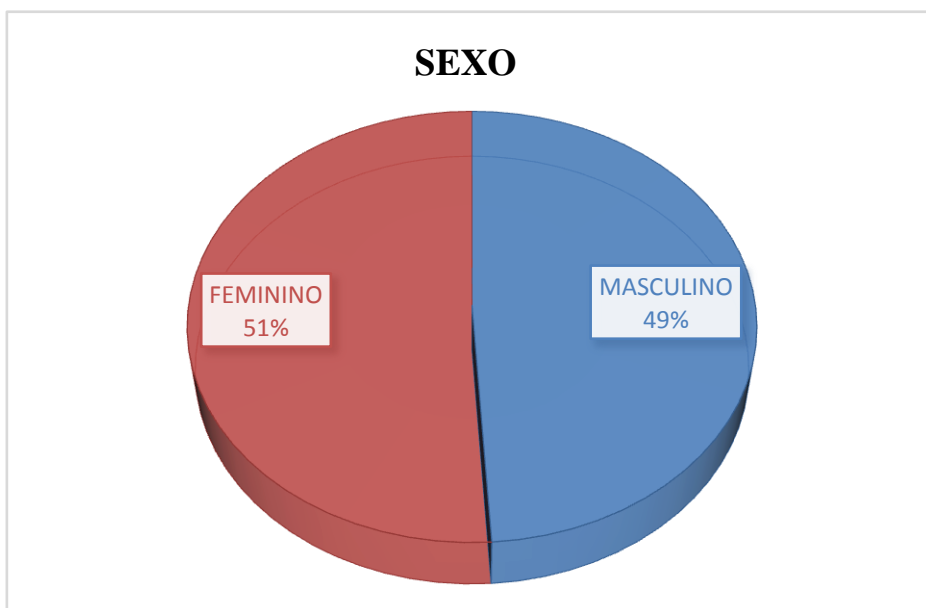




No término da pesquisa foi pedido aos alunos que respondessem um questionário com o intuito de que pudessem expor suas opiniões acerca do desencadear de toda pesquisa e o que eles acharam da metodologia aplicada.

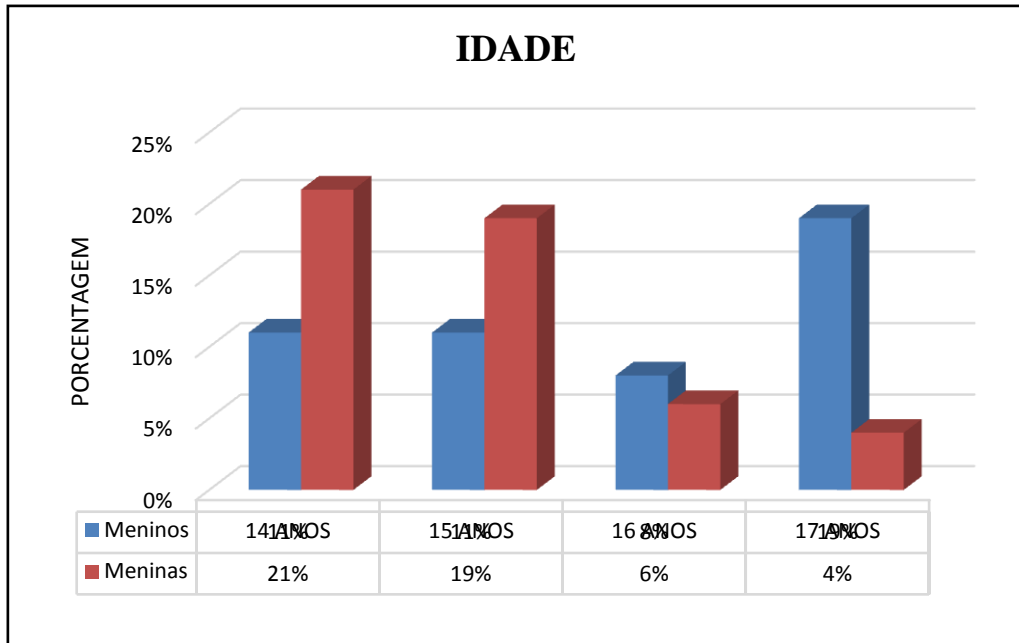
3. Resultados e Discussões

Gráfico 1: Divisão dos alunos por sexo



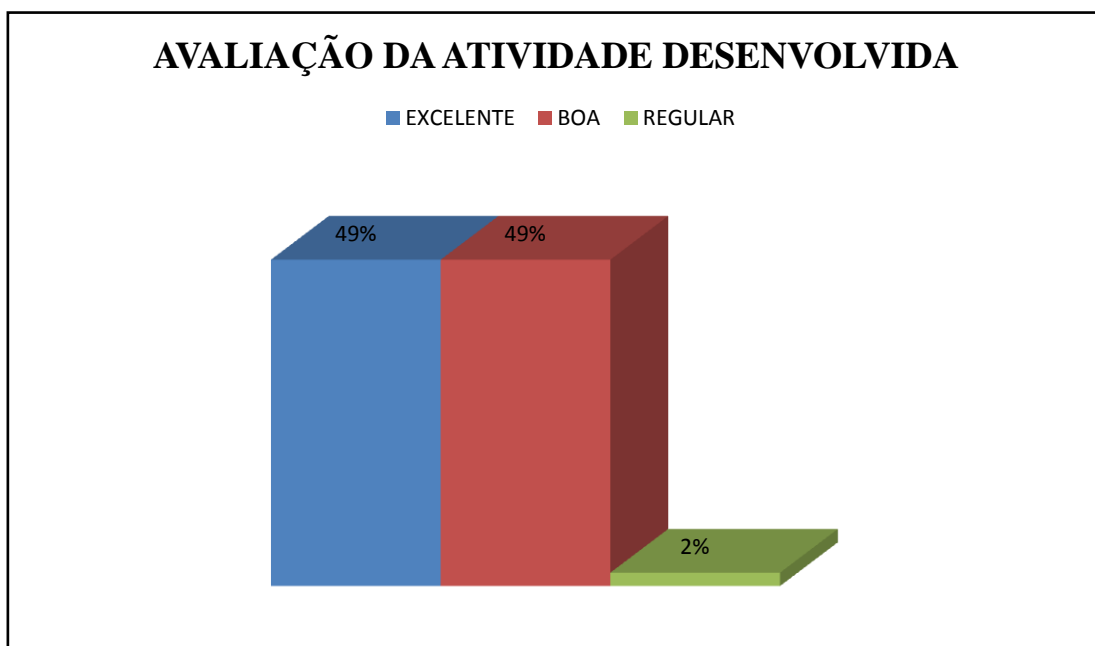
Com relação ao sexo, há praticamente um equilíbrio na classe com 51% de meninas e 49% de meninos.

Gráfico 2: Idade dos participantes por sexo.



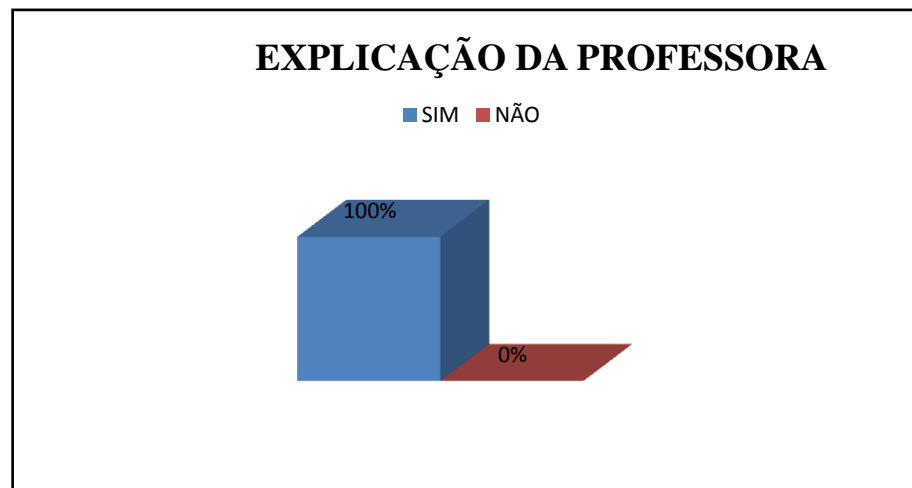
A idade dos alunos como mostra o gráfico 2 está entre 14 e 17 anos.

Gráfico 3: Percentual referente ao método aplicado na opinião dos participantes.



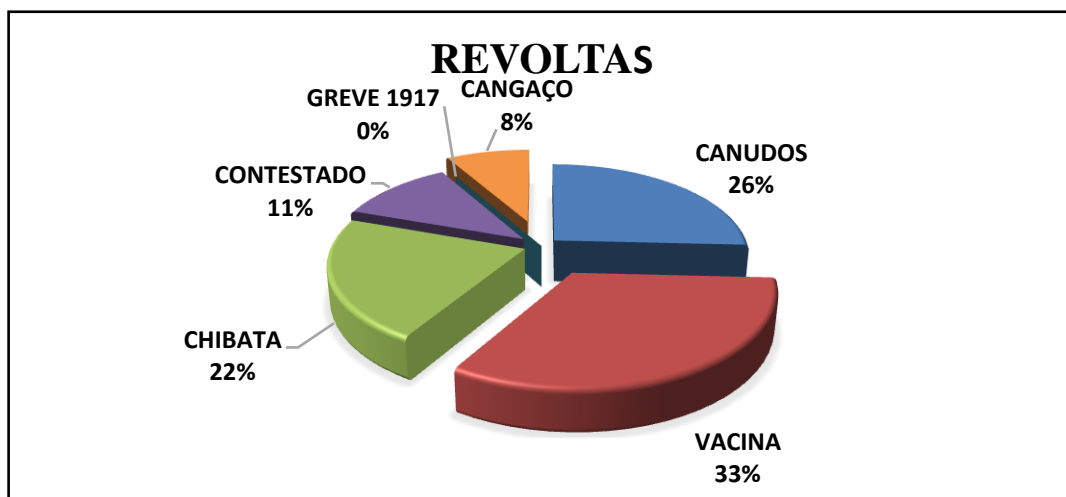
Como demonstra o **gráfico 3**, 49% dos alunos participantes consideram que a metodologia aplicada na exposição dos trabalhos foi excelente, 49% consideraram boa e só 2% consideraram regular. A partir desses resultados é possível afirmar que a metodologia aplicada foi bem aceita, considerando-a como uma metodologia instigante, descontraída e inovadora.

Gráfico 4: Gráfico referente a explicação da professora



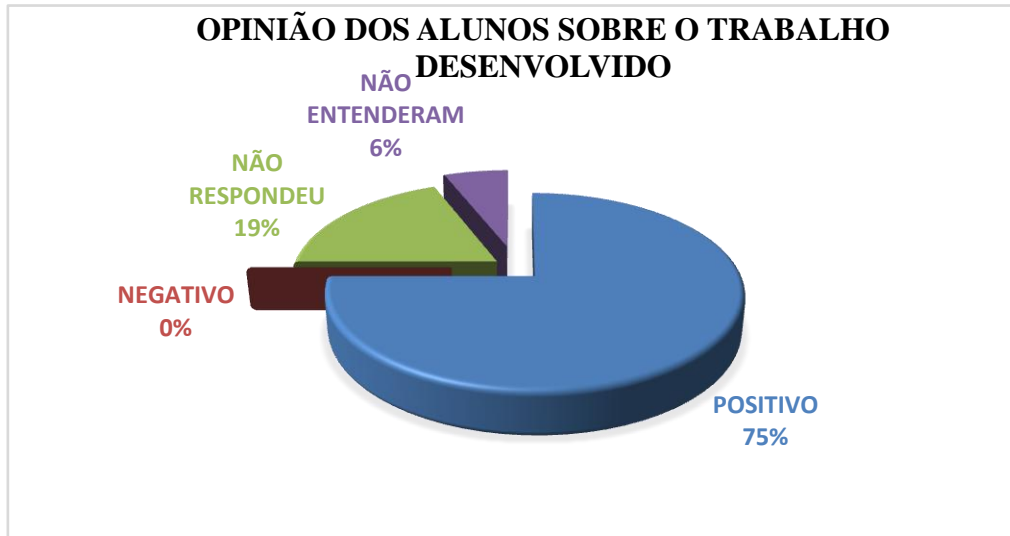
Já com relação as explicações da professora 100% dos alunos, ou seja, todos os alunos afirmaram que foi suficiente para que eles pudessem desenvolver suas atividades satisfatoriamente. Dessa forma é possível afirmar que a atuação da pesquisadora junto aos alunos foi positiva, no momento que despertou o interesse de todos instigando-os a realizarem o que estava sendo proposto.

Gráfico 5: Percentual referente as Revoltas mais citadas pelos participantes.



De acordo com o resultado apresentado no gráfico, a Revolta da Vacina foi a que mais chamou a atenção dos alunos. Em depoimentos orais, os alunos participantes afirmaram não entender o porquê das pessoas se recusaram a tomar vacina, já que consideram natural o fato de vacinar-se contra as doenças. Demonstraram-se surpresos diante da reação dos revoltosos na época em que ocorreu a Revolta.

Gráfico 6: Percentual com a opinião dos alunos acerca dos encontros



O último questionamento pedia aos alunos que expusessem sua opinião a respeito de todo o trabalho desenvolvido, o resultado indica que 75% dos discentes afirmaram que foi positivo o trabalho desenvolvido, o que fica evidente que os alunos se sentiram entusiasmados ao estudar os conteúdos da disciplina História.

4. CONCLUSÃO

Ao finalizar esta reflexão sobre a utilização de diferentes recursos didáticos nas aulas de História concluímos que é possível dinamizar essas aulas, tornando-as mais atrativas. Entendemos que é possível o envolvimento dos alunos, construindo novos conhecimentos e interagindo ativamente no processo de aprendizagem, e que estes são capazes de terem uma opinião crítica, a partir das atividades de ensino e aprendizagem em sala de aula. É necessário salientar que isso só é possível tendo o educador como mediador.

Estamos conscientes de que ensinar História é desenvolver o raciocínio, estimular o pensamento independente e a capacidade dos alunos se tornarem indivíduos críticos e ativos. Devemos procurar alternativas para aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, a organização, a concentração, atenção e raciocínio lógico-dedutivo, desenvolvendo a socialização e aumentando as interações do indivíduo com outras pessoas e com o meio em que vivem.

O estudo aqui exposto se apresenta como uma das muitas alternativas possíveis para contribuir com o desenvolvimento desse cidadão/aluno, pois permite que discentes e docentes interajam na construção de novos conhecimentos como também oferece oportunidade ao aluno, de opinar, refletir e tornarem-se autônomos na construção do seu saber histórico, fugindo da possibilidade de ser um mero transmissor das aulas meramente expositivas onde só o professor tem direito para expor suas ideias e de opinar.

Mudar a maneira de lecionar a disciplina História é tarefa árdua e lenta, no entanto, é necessário que essa mudança ocorra.

Considero que obtivemos êxito nas tarefas propostas e desenvolvidas, pois, vi, presenciei o interesse de cada aluno ao realizar as tarefas as quais foram propostas, demonstraram satisfação, alegria e prazer por estarem atuando, participando, opinando. Considero que houve avanços na aprendizagem dos discentes.

No decorrer dos conteúdos ministrados, os alunos demonstraram interesse ao participarem ativamente nos trabalhos realizados em sala. O docente é o protagonista, é o principal responsável pela criação das situações de trocas na construção do saber histórico

escolar entre o estudado e o vivido, o educador é capaz de conduzir suas práticas pedagógicas buscando a melhor forma de trabalhar, de questionar, problematizar junto aos discentes, considerando que esses discentes são autores da construção do seu conhecimento histórico escolar.

5. REFERÊNCIAS

A Didática e a Formação dos Educadores em Diferentes Abordagens Pedagógicas Disponível em:

<http://www.novo/didaticageral/Didática%20geralPraticaEnsinovol1Aula02pdf>.

Acesso em: 9 de julho de 2014.

BITTENCOURT, Circe (org.) O Saber Histórico na Sala de aula/ 12. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013.

BRAUDEL, F. (1992). Escritos sobre a História São Paulo: Perspectiva.

BRASIL, Parâmetros Nacionais Curriculares 5º ao 8º séries. Brasília: MEC/SEF 1998.

BRASIL, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro. LDB, nº 9394/96 - Nº 11.274/06.(1996) e (2006)

CHAUI, Marilena. Convite a Filosofia - São Paulo: Ática, 2010.

FURET, F. A História na Cultura Clássica. In: A Oficina da História. Tradução de Adriano D. Rodrigues. Lisboa. Gradiva 2011.

GROPPO, Luís Antônio – MARTINS, Marcos Fancisco – 2ª edição – Biscalchin editor – São Paulo 2009.

GUIMARÃES, Selva Didática e Prática de Ensino de História – Experiências reflexos e aprendizados / Selva Guimarães --- 13ª Ed.rev e amp. – Campinas, São Paulo, 2012. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

MARCONI, M & lacatos, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PONTE, J. P. Estudo de caso em educação matemática. Lisboa: Bolema, 2006, p. 1-23.

REGO, Teresa Cristina, Vygotsky – Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 24ª Edição – 2009

NIKTIUK, Sônia L. (org) – Repensando o Ensino de História/ – 8ªed. – São Paulo: Cortez, 2012.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLY, Marlene R. (2004). Ensinar História. São Paulo Scipione.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____ Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, Levi – Aprendizado e o processo de formação de conceitos. In: Piaget, Vygotsky, Wallon – Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2003.

_____ – Aprendizado e Desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. São Paulo. Scipione, 2010.